



Carlos Pinto Seidl: ciência e política, contrapontos em uma trajetória intelectual frente à Diretoria Geral de Saúde Pública (1912-1918).

JORGE VALDEVINO QUEIROZ*

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores – Programa de Pós-Graduação em História Social.

A busca pelas respostas, no sentido de compreender as ações humanas, em especial de alguns homens que se lançaram em defesa de ideias e seus ideais tomando como ponto de partida seus discursos e suas ações, é o que nos leva a pesquisar sobre sua história para entender tais movimentos e suas razões. Eis o percurso temerário e, ao mesmo tempo, duro e prazeroso que nos conduz a desvendar o caminho percorrido por aqueles que escreveram a nossa história, em defesa das suas convicções, as quais se tornaram um registro que deixaram marcas em seu tempo. Recompor esta trajetória que trata da história do país, em especial da nossa história social, nos leva ao encontro de instituições e homens que deixaram marcas no tempo presente ao tom de seus discursos e realizações.

Nosso personagem foi médico higienista, escritor e professor e tais características deram a Carlos Pinto Seidl uma posição de respeito e destaque no cenário social e político da Capital Federal, frente às questões de saúde pública nas três primeiras décadas do século XX. Nascido em 24 de novembro de 1867, na cidade de Belém, capital da Província do Grão Pará, filho de Carlos Seidl, natural da Áustria, e Raymunda Pinto Seidl, natural do Estado do Maranhão.

Iniciou sua vida acadêmica e intelectual no curso de humanidades no Seminário de Belém do Pará. Aos 14 anos de idade, em razão de sua aplicação e inteligência, recebeu como prêmio uma bolsa para prosseguir seus estudos na França e ali matriculou-se no Seminário de São Suplício, onde permaneceu de 1882 a 1885, regressando ao Brasil em fevereiro de 1886.

Em 12 de março deste mesmo ano, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em 1888, mesmo não sendo formado, obteve indicação para trabalhar em diversos locais. De acordo com (RIBEIRO, 1985: 300-301) “(...) atuou no Hospital da Santa Casa de Misericórdia; no Serviço de Cirurgia do Consultório de Moléstia de Crianças e no Gabinete de Eletroterapia. Importante ressaltar que fez parte da comissão médica do Rio de Janeiro que assistiu a população de Campinas no surto de febre amarela em 1890”. Formou-se em 1891, com a defesa da tese *A etiologia perante o diagnostico, a terapia e a higiene* e em 1895, tornou-se membro da Academia Nacional de Medicina com a monografia *Do isolamento nosocomial – contribuição para o estudo da profilaxia defensiva no Rio de Janeiro*.

Em 31 de março de 1892 Seidl foi nomeado Diretor do Hospital São Sebastião, instituição criada em 1889, e permaneceu no cargo por 37 anos, ou seja, até 19 de outubro de 1929. Era um hospital que agia na profilaxia e tratamento de doenças endêmicas e epidêmicas, especialmente febre amarela e tuberculose, doenças cuja necessidade de isolamento era um dos princípios de tratamento dos infectados. Na sua maioria o perfil dos pacientes atendidos era das camadas mais pobres da população, em especial os trabalhadores das fábricas e dos serviços portuários.

A trajetória de Seidl e sua presença no campo da medicina social e nos problemas endêmicos da Capital Federal, se tornou uma escolha pessoal que marcou uma trajetória que se entrelaça com a história das transformações no cenário urbano à medida em que a cidade se modernizava e se industrializava. Tornar a cidade salubre e prepará-la para modernização foi o desafio das elites urbanas e das instituições envolvidas e a presença da ciência e da medicina foi decisiva neste contexto de intervenções. Os homens de ciência tomam para si esta missão e se engajam em sua execução, respaldada pelo republicanismo que se encontrava em processo de consolidação.

De acordo com SÁ (2006)

É nos primórdios do processo de modernização e urbanização que tomou a Capital Federal nos primeiros anos do século XX, a ciência foi considerada a principal fiadora dessa renovação da paisagem, graças à atuação dos seus maiores representantes, os engenheiros e os médicos (2006:108).

Regenerar a sociedade, sanear seus espaços de circulação e coabitação, eliminar os elementos que a mantinham doente e exposta a um processo degenerativo, intervir diretamente nas causas e efeitos nocivos a sua saúde física e moral, seria o caminho para se depurar a sociedade em todos os seus estratos para a nova nação civilizada¹ que se pretendia erigir.

¹ Norbert Elias (1994) sugere que a qualidade comum a informar a descrição das atividades humanas como “civilizadas” se expressa numa autoconsciência orgulhosa: o termo resume aquilo em que uma sociedade se julga superior às outras. Além disso, a ideia de civilização corresponde ao itinerário obrigatório de uma transformação do meio humano, de uma renovação da paisagem do lugar onde se vive e com quem se vive. Ela designa tanto o resultado desta progressão desejada e o movimento mesmo desse processo quanto define o seu sentido de continuidade. Ela não é somente uma visão histórica da sociedade, mas uma interpretação otimista do significado das atividades humanas (ELIAS 1994, apud SÁ, 2006:58).

“O grande interesse da comunidade acadêmica por esta “regeneração” da capital federal, atraindo não só historiadores, como também sociólogos, geógrafos, arquitetos, urbanistas, antropólogos, cientistas políticos, indica a percepção de que as transformações que então sacudiam o país, a partir do marco político que foi a proclamação da República, podiam ser detectadas através do “desmonte” do cenário onde tudo ocorreu. Ou seja, na geografia transformada da Capital Federal estaria a marca da constituição de uma nova ordem econômica, social e política, de um novo conjunto de sonhos, desejos e aspirações. Era o Brasil tentando entrar no ritmo da história, recriando uma nação para o século que nascia; e a maior evidência dessa reiterada aspiração seria transformar a capital “malsã” em cidade “maravilhosa” (MOTTA, 1992:40).

A ciência e a medicina intervinham diretamente sobre o conjunto social, o que lhes garantiu reconhecimento e legitimidade como campos de saberes instituidores de novos conhecimentos e valores. Neste arcabouço que se seguiu sobre a cidade, surgiram intuições, bem como uma gama de intelectuais que se engajaram e compuseram uma rede de sociabilidade respaldada pelo discurso científico que estabelecia os parâmetros das intervenções que se tencionava instituírem.

Os intelectuais, independente da sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em “pensar” o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. Ao atuarem na construção de consciências coletivas, os intelectuais consideraram-se imbuídos de uma missão e procuraram difundir suas propostas mediante aspirações nacionais e políticas governamentais (OLIVEIRA, 1990:187).

O posicionamento médico higienista de Seidl face às diversas questões sanitárias urbanas enfrentadas, o fez ser reconhecido como *intelectual engajado* por seu envolvimento nas demandas de saúde pública, possibilitando a construção de uma rede de sociabilidade científica e política, quando atuava como membro de algumas instituições privadas como a Liga Brasileira Contra a Tuberculose, Hospital da Santa Casa da Misericórdia, Academia Nacional de Medicina e o Sindicato Médico Brasileiro. Esta habilidade de articulação, bem como a sua capacidade médica reconhecida por seus trabalhos e discursos científicos, ou, pelos discursos direcionados as questões sociais, o credenciou para ocupar o cargo de diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública a partir de 15 de janeiro de 1912, em substituição ao professor Antonio Pacheco Leão. Seidl permaneceu neste cargo até 1918.

Conforme nos salienta SIRINELLI (2003:246), o intelectual “pode ocultar dentro de si um outro, que o marcou uma geração antes, tornando mais inteligível os percursos dos intelectuais”. As suas ações carregam as marcas do seu tempo, mas, ao mesmo tempo, paira sobre si a sombra de suas lutas, dos seus embates e posicionamentos e o peso das distensões pela tomada de posições diante de seus pares ou opositores. São as influências ocultas na sua consciência que são refletidas nas ações a partir das questões que o mobilizam e o levam ao engajamento sobre os acontecimentos da cidade. É uma ação individual e coletiva que o identifica e o marca perante a sociedade. Contudo, esta ação pode gerar duas “acepções de intelectual” definidas assim:

Uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou "mediadores" em potencial, e ainda outras categorias de "receptores" da cultura, a outra, (...) Mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como autor – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo, a assinatura de um manifesto –, testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate intelectual da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende. (SIRINELLI, 2003:242-243).

Sua gestão na Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), ao mesmo tempo em que trouxe o reconhecimento de uma vida dedicada às causas públicas ligadas a saúde da população, trouxe também uma série de contingenciamentos que envolveram suas ações políticas de 1912 a 1918. Através dos relatórios apresentados no final de cada ano de gestão, podemos perceber que desde seu início há uma série de demandas que são recorrentes até 1917, ou seja, durante toda a sua direção. Tais relatórios são apresentados ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Corrêa, nos quais aparecem às necessidades e as falhas detectadas nos serviços realizados no decorrer do ano e tais fatos tiveram implicações diretas no ano de 1918, quando deu-se a epidemia de gripe espanhola na Capital Federal. Os relatórios deste período (1912-1918) apontam sistematicamente as dificuldades e necessidades internas e externas da DGSP, bem como as mudanças e intervenções necessárias diante dos problemas reais enfrentados na cidade.

Serviço sanitário dos portos da Republica – A’ reforma do pessoal, promovida e executada por V. Exa. em 1912, devia seguir-se o aparelhamento dos portos. Neste sentido pende de solução final, no Senado da Republica, a mensagem do Exm. Sr. Presidente, em a qual é solicitado o credito especial de 1.230:000\$, mensagem essa apresentada á Camara dos Srs. Deputados em sessão de 16 de novembro do anno passado. E’ possível que, ainda depois de executado o plano de melhoramentos, constantes nas referida mensagem, não se possa considerar ideal o serviço sanitario dos portos. Ter-se-há feito muito, entretanto, e o que faltar poderá ser attendido em seguida. E para que V. Ex. tenha conhecimento exacto das occurrencias havidas nos portos da Republica em 1912, e de suas necessidades, segundo a opinião dos funcionários que nelles trabalham, junto ao meu resumo dos relatorios que recebi dos respectivos inspectores de saúde. Ligados inteiramente aos serviços sanitarios dos portos estão varias questões connexas ao serviço de immigração. O nosso actual regulamento não arma suffficientemente esta Directoria para evitar e punir os abusos commetidos pelos que transportam immigrants sem as desejaveis condições de hygiene. No projeto de regulamento sanitario marítimo que tive o ensejo de confeccionar e submitter ao juizo de V. Ex. se poderão incluir medidas destinadas a sanear taes inconvenientes, que pude conhecer bem de perto, depois de varias inspecções pessoaes, feitas a bordo de certos navios de immigrants. Para que se possa, entretanto, algo de efficiente conquistar neste particular, e indispensável uma acção conjugada desta Directoria, com assentimento de V. Ex. e do Ministerio da Agricultura, ao qual esta affecto o serviço de immigração. Não se trata somente de defender as cidades do littoral e do interior do nosso paiz de moléstias varias, algumas das quaes já nos foram trazidas pelos referidos immigrants e constituem o pesadello das administrações ciosas do bom nome e do progresso do Brazil. Entre outras, limito-me a citar o trachoma. (SEIDL, 1912: 3-4)

São questões que afetaram diretamente a Diretoria Geral de Saúde Publica, e implicaram no dia a dia dos serviços executados administrativamente e operacionalmente apontando da necessidade de alterações no código sanitário dos portos, de investimentos para o melhoramento da estrutura física da DGSP; no aumento do seu efetivo de funcionários; da compra de equipamentos; e da construção de um laboratório de analyses. Tais demandas sofreram limitações decorrentes de fatores que envolveram o Estado nesta intermediação e isto trouxe implicações diretas sobre o que Carlos Seidl desejava fazer, sobre o que ele podia fazer e o que o efetivamente o Estado permitia que se fizesse a partir da realidade política e econômica vivenciada.

Para entender esta dinâmica estabelecida por esta condicionante, que é a Política de Estado na trajetória intelectual de Carlos Seidl, recorremos a Pierre Rosanvallon que apresenta como proposta conceitual, pensar o que é o político enquanto campo de construção

do social, afirmando que

“(...) político não é uma “instância” ou “domínio” entre outro da realidade, mas “é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e ao mesmo tempo reflete sobre si mesma”... “o objetivo da história conceitual do político é compreender a formação e a evolução das “racionalidades políticas”, isto é, dos sistemas de representações que comandam a forma pela qual sua época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e visualizam seu futuro”. (BORGES apud REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, 1991:15).

Neste aspecto, o Estado pela sua natureza política, pela sua função administrativa em razão de seus aparatos legais e funcionais, media o campo político com o campo social em razão das necessidades, diversidade e interesses destes sob a ótica dos interesses dos grupos no poder. Este entrechoque torna-se área de confluências e divergências indissociáveis que geram uma dependência mútua e permanente entre o político e o social, mediado pelas políticas públicas com o objetivo de garantir a ordem social.

A esfera do político aqui pensando o “Estado” e suas “instituições” que representam o lugar da articulação do político com o social. Na medida em que o discurso político se apropria da realidade e dos anseios da sociedade imersa nesta realidade, cria estratégias adequadas aos interesses dos grupos dominantes, com a consolidação da sua política executada a partir do Estado.

Neste sentido, como fica Carlos Seidl, enquanto intelectual, visto que o reconhecimento da sua trajetória intelectual fora sedimentado por sua ação médica e científica? Como ele se apropria do político, aqui pensando o “Estado”, e da política, aqui pensando seus discursos e ações, com vistas a instituir uma nova ordem face às necessidades e demandas sociais no campo da saúde pública? Quais foram as implicações diretas ou indiretas ao longo de sua gestão na DGSP, pensando sua rede de sociabilidade passada e a que vai sendo construída, quando analisamos o momento da sua demissão?

Para estas questões BOURDIEU (1989) aponta as contingências do campo político em relação a suas imbricações sobre o intelectual ao exercer o poder. No caso do Carlos Seidl a dinâmica do campo político lhe confere um lugar na política, concomitante ao do intelectual

ao ocupar um lugar neste campo, ressaltando as limitações que lhe são impostas e nos dizendo que:

(...) o campo político exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efectivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo. Fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura (BOURDIEU, 1989: 165).

Para operacionalizar esta questão (do político e da política), concomitante a este novo ingrediente que é o Estado como fundamento de legitimidade do poder que o intelectual Carlos Seidl passa a exercer, podemos pensar em certa medida, quanto à possibilidade da existência de sobreposições ou conflitos (contradições) entre seu passado do engajamento e seu presente referendado e legitimado pela política de Estado nas suas ações e nos seus discursos. Teria havido mudanças significativas entre o passado e o presente intelectual de Seidl?

Bolívar Lamounier propõe pensar como o intelectual age, pensa e discursa ao inserir-se no campo do político, tendo o Estado como sustentáculo e legitimador desta sua nova posição. O ato de agir, pensar e falar não são mais independentes, visto que carregam junto a si o Estado e suas representações. A partir daí, a figura do intelectual é demarcada pelo Estado e conformada por um discurso que envolve os interesses da política e de seus representantes legais, entendidos aqui como as forças políticas que dominaram o cenário da Capital Federal e que avalizaram e sustentaram os discursos e ações de Carlos Seidl.

Assim, Lamounier propõe pensar o intelectual nesta inserção no Estado como um “Pensador Autoritário” que põe em prática a *ideologia de Estado*.²

² “A expressão “ideologia de Estado” tem, portanto, o mérito de ressaltar que o Estado, e não a sociedade civil se apresenta como o agente da construção nacional... “o poder público não é apenas o reflexo do povo, e sim o orientador, o guia, o verdadeiro “formador” do povo”... “o Estado é o encarregado do “bem comum”, é “a autoridade que, na ordem temporal, engloba todos os grupos naturais da associação a fim de defender o bem próprio de cada qual e promover o bem comum”. (A. de A. LIMA apud PÉCAUT, 1990: 45).

“(...) propõe qualificar as pretensões políticas dos pensadores autoritários como uma “ideologia de Estado”. A “ideologia de Estado” opõe-se às diversas ideologias que se fundam nos mecanismos de “mercado”, seja este definido em termos econômicos ou em termos políticos. De modo geral, ela rejeita todas as teses que recomendam uma auto-regulação social. (LAMOUNIEUR apud PÉCAUT, 1990: 43).

Toda e qualquer forma de intervenção agrega a si o ato e a força da autoridade e, ao mesmo tempo, aspectos de autoritarismo representado pelas estratégias postas em prática nas ações interventoras. Neste período, estes aspectos se constituíram como um traço e uma marca das elites que controlaram a cena política, e em certos momentos nas medidas tomadas por Seidl quando a frente da DGSP.

É justamente esta ambivalência que se apresenta neste momento na trajetória de vida do nosso personagem: uma trajetória construída pelo engajamento na vida da cidade, na sua desordem urbana, e outra, uma trajetória que se situa sob as ordens do Estado, cujas metas são reorganizar a vida da cidade com vista a sanear, higienizar, educar e civilizar a coletividade através de seus mecanismos de intervenção.

A existência destes dois extremos, tão próximos e tão distantes, representados pelo discurso e pela ação, ao ser apropriado pelo *intelectual engajado* e pelo *pensador autoritário*, são alimentados permanentemente pela medicina e pela ciência, o que lhe conduz a posicionar-se de forma distinta enquanto intelectual do *discurso e da ação voluntária do engajamento e do discurso e da ação atrelada ao Estado*. A existência de dois extremos discursivos, *o intelectual engajado e o pensador autoritário*, são alimentados permanentemente pela medicina e pela a ciência.

Esta ambivalência do intelectual teve implicações diretas nas suas convicções e realizações sobre a cidade, tanto na representação do intelectual da ação e do engajamento, quanto na representação do intelectual da ação do político (*pensador autoritário*) no período à frente da DGSP, representado a partir desta sua nova posição política, bem como pelas ações definidas e delimitadas pelo Estado.

O ano de 1918 foi fustigado pela gripe espanhola, evento epidemiológico que não respeitou fronteiras nem conceitos e princípios de nação civilizada, muito menos as distinções entre classes e grupos sociais. Foi um evento que subverteu princípios éticos e morais do

cotidiano da vida da população, em especial da Capital Federal. Seus efeitos e significados funestos geraram medo e temor, uma quase desintegração dos princípios da racionalidade que deveriam nortear a vida coletiva das sociedades civilizadas.

Durante os quase três meses de vigência do surto, a imprensa registrou, minuciosamente, tudo o que se referia à doença então desconhecida, desde críticas às autoridades sanitárias e ao governo, passando pelos transtornos vividos pela população, até a indignação provocada pela visão macabra de cadáveres abandonados no meio da rua. Por deter-se na descrição dos fatos diários, revela-se valiosa fonte para acompanhar a evolução e os efeitos de um evento cujas consequências mais notáveis são sentidas exatamente na esfera das relações cotidianas. Tal potencialidade é incrementada pelo consenso perceptível em ambos os periódicos quanto à magnitude e interpretação do episódio, consenso, aliás, que se manifestava também na atenção dispensada aos temas da saúde pública, em geral, apesar de estes periódicos possuírem linhas editoriais politicamente divergentes. (BRITO, 1993:13)

Para além das questões sociais produzidas por este evento, os impactos de sua extensão na Capital Federal, atingiram também as estruturas públicas, os grupos políticos e as instituições privadas de saúde do país ligadas a ciência e a medicina. Conforme HOCHMAN (1993):

Desde o final de 1918, o país, especialmente as grandes cidades, era atacado pela última pandemia deste século: a gripe espanhola. A capital do país, entre outubro e dezembro, desorganizou-se completamente. Além de causar um grande número de mortes, a epidemia paralisou a vida da cidade, que sofria com a falta de alimentos e remédios, a carestia, e a completa incapacidade das autoridades públicas em responder adequadamente a uma doença pouco conhecida que atingiu a Europa e os EUA no mesmo período com igual ou maior intensidade. As descrições dos jornais, que foram submetidos à censura, são aterrorizantes. Faltavam coveiros e caixões para tantos mortos. Essa experiência de terror e medo causada por uma epidemia que atingiu as cidades sem muita distinção de classe social, ocupação ou região, com a autoridade pública revelando-se impotente e despreparada, significou uma inflexão nas respostas até então dadas pelo Estado. No Distrito Federal calcula-se que metade da população tenha contraído a gripe, contando-se aproximadamente 15 mil mortos entre outubro e dezembro de 1918. Por isso, para alguns jornais, a gripe espanhola teria sido uma "gripe democrática". E importante perceber a epidemia como uma experiência coletiva singular que, por isso, teve impactos significativos sobre a política de saúde. (HOCHMAN, 1993: 50).

Este momento político foi bastante delicado para Carlos Seidl devido sua exposição à opinião pública e a imprensa que o responsabilizava pela epidemia, configurando-se como um momento de injunção decorrente da sua gestão e imposto por forças que o impeliu a sair do cargo de Diretor da DGSP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao propormos um trabalho com esta abordagem sobre a trajetória do intelectual Carlos Pinto Seidl, demarcando sua presença no campo da saúde pública, buscaremos também analisar de que forma se deu o processo de sua incorporação ao corpo administrativo do Estado da Capital Federal, com especial atenção aos fatos e argumentos que marcaram sua gestão. O período da sua inserção na administração pública coincide com o momento em que o Estado passa por inúmeras transformações, o que nos leva alguns questionamentos:

- 1- Entender como Carlos Pinto Seidl se posicionou frente às demandas de saúde da população a partir da sua incorporação ao Estado quando assume o cargo de diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública;
- 2 - Quais foram as limitações ou implicações do Estado nas ações que Carlos Seidl buscava realizar a partir do que deveria fazer ou a partir do que o Estado, dentro das suas diretrizes entendia que se fizesse, e o que efetivamente se fez.
- 3 - Como operou a Rede de Sociabilidade contrária às ideias de Carlos Seidl, no período em que esteve à frente da DGSP devido as suas ações, posições e convicções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Nara Azevedo de: 'La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro', In *História, Ciências, Saúde – Manguinho*. Rio de Janeiro, IV (1): 11-30 mar.-jun. 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BORGES, Vavy Pacheco. *História e Política: laços permanentes*. IN: *Revista Brasileira de História*. VII. Política e cultura. Nº 23/24. São Paulo ANPUH, 1991, p.7-18.

HOCHMAN, Gilberto. 'Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)', In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.6. nº 11, 1993, p. 40-61.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: A Questão Nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDoc, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na primeira república*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1990.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RIBEIRO, Lourival. *Fundação Ataulpho de Paiva: Liga Brasileira Contra a Tuberculose: notas e documentos para a sua história*. Rio de Janeiro: Editora: Organizado pela Biblioteca da Academia Nacional Medicina, 1985.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. 'Os intelectuais', In RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p. 242-247.

Fontes primárias

SEIDL, Carlos Pinto. *Relatório apresentado ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores Sr. Dr. Rivadávia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1914. Acervo da Biblioteca Casa Oswaldo Cruz.